

Anatomia do desencanto: a reforma agrária em Avis

Maria Antónia Pires de Almeida, A Revolução no Alentejo. Memória e Trauma da Reforma Agrária em Avis, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, 347 páginas.

No dia 6 de Julho de 1979, pelas 22 horas, iniciou-se no salão da Voz do Operário, em Lisboa, a primeira sessão do Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária. O «processo» obedeceria aos rituais próprios de um julgamento, sendo o «tribunal» presidido por um juiz desembargador (Aníbal de Castro) e contando entre os seus membros, na qualidade de «juizes», nomes eminentes, como o historiador Armando de Castro, o escritor Manuel da Fonseca ou os professores universitários Maria Lúcia Lepecki, Orlando de Carvalho e Vital Moreira. Perante uma assistência variada, que integrava desde humildes trabalhadores rurais alentejanos a convidados estrangeiros vindos até da Bulgária, o advogado Fernando Luso Soares desempenhou o papel de acusador público, sendo ouvidos como testemunhas José Saramago, Lino de Carvalho ou Carlos Carvalhas, entre outros. Feitas as alegações da acusação, o «acórdão» decidiu, naturalmente, «condenar o latifúndio», «reconhecer a legitimidade da reforma agrária» e, enfim, «condenar a ofensiva contra a reforma agrária». Das sessões de julgamento foram lavradas actas, que seriam publicadas em livro¹. Tudo se passaria como se de um julgamento se tratasse, não fora a circunstância, singela mas decisiva, de

* Tribunal Constitucional.

¹ Cf. *Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária. A Reforma Agrária Acusa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1980. O «acórdão» encontra-se também publicado in *Sub Judice. Justiça e Sociedade*, n.ºs 30-31, 25 de Abril: a Revolução na Justiça, coord. de António de Araújo, 2005, pp. 107 e segs.

neste processo só existir uma parte. O princípio do contraditório pura e simplesmente não teve lugar no vetusto salão da Voz do Operário. No Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária apenas existia uma acusação e um acusador, não se prevendo que os «réus» apresentassem qualquer defesa ou sequer comparecessem. Do extenso rol de testemunhas — donde constavam diversos funcionários do Partido Comunista — nenhuma aí se encontrava para contestar a legitimidade da reforma agrária ou, pelo menos, para criticar alguns dos seus excessos ou para referir aspectos menos conseguidos do processo de ocupações das terras alentejanas levado a cabo na sequência do 25 de Abril.

À distância, é difícil perceber o motivo pelo qual se realizou esta enenação político-judiciária. Importa notar que a comissão promotora deste singular «tribunal cívico» era integrada por nomes como Rui Luís Gomes, Paulo Quintela, Teixeira Ribeiro, Luís Albuquerque, Rui Polónio de Sampaio, Helena Cidade Moura, Alexandre Cabral, Urbano Tavares Rodrigues, João de Freitas Branco, Bernardo Santareno, Ary dos Santos, Carlos Paredes, Boaventura Sousa Santos, Óscar Lopes, Avelãs Nunes, Carlos do Carmo, Mário Murteira, Fernando Lopes Graça, Luís Francisco Rebelo, César Oliveira, Miriam Halpern Pereira, José Gomes Ferreira, António Hespanha, Gomes Canotilho, Xencora Camotim ou Jorge Leite. O que levou estas pessoas, indiscutivelmente cultas e inteligentes, vultos cimeiros da nossa cultura, a oferecerem o prestígio dos seus nomes a um simulacro de processo judicial que, na prática, não passava de uma manifestação política? Se o desfecho do juízo era conhecido à partida, chamar «tribunal» ao acto que se realizou nos salões da Voz do Operário não passa de uma figura de estilo, duvidosa quanto às formas, inútil quanto aos resultados e, acima de tudo, questionável quanto à ética dos procedimentos. É certo que, por esse tempo, outras organizações levaram a cabo iniciativas semelhantes, como o Tribunal Cívico Humberto Delgado, promovido pela Associação dos Ex-Presos Políticos Antifascistas (AEPPA)². É certo também que existiram precedentes ilustres, com destaque para o «Tribunal Russell», mas, pese a sua indisfarçável carga política e a clara orientação pró-soviética de muitos dos seus membros, a profundidade da investigação então realizada sobre a guerra do Vietname, bem como a ausência de unanimismo acrítico que se notou no decurso dos trabalhos³, não têm paralelo com a simplicidade com que em três sessões o tribunal da Voz do Operário condenou sumariamente os que ousaram levantar-se contra a reforma agrária. Enquanto o Tribunal Russell, bem ou mal, expôs de forma exaustiva um conjunto maciço de informações

² O respectivo «acórdão» encontra-se publicado in *Sub Judice...*, cit., pp. 95 e segs.

³ Cf., em especial, *Tribunal Russell 2. Le jugement final*, Paris, Gallimard, 1968.

sobre alegados crimes de guerra perpetrados pelos americanos, o nosso Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária nada trouxe de novo sobre o que se passou no Alentejo antes e depois da revolução de Abril. Na Voz do Operário poderiam existir muitos acusados — o nome de António Barreto, por exemplo, foi frequentemente citado —, mas era impossível fazer sentar quem quer que fosse no banco dos réus, porque quem realmente aí deveria estar era uma entidade abstracta e intangível: a história, no seu curso irreversível. O verdadeiro réu, condenado *in absentia*, do Tribunal Cívico era, com efeito, o «processo histórico», para recorrer à fraseologia marxista que tão presente esteve em todas as sessões do julgamento da Voz do Operário. No decurso do julgamento de Estocolmo, no âmbito do Tribunal Russell, Sartre afirmou: «Nous sommes impuissants: c'est la garantie de notre indépendance⁴.» Se a incapacidade de reverter o rumo da história é sintoma de independência, poder-se-á dizer que o «tribunal» da Voz do Operário, pese ter ouvido apenas uma das partes, não se preocupando em assegurar o contraditório, foi, sem dúvida, uma instância independente. De uma independência que resulta tão-só da impotência dos julgadores para alterarem a marcha da história.

É precisamente a história, o «processo histórico» da reforma agrária, que Maria Antónia Pires de Almeida nos traz neste seu notável livro *A Revolução no Alentejo*. A obra é o produto de uma investigação académica que pode considerar-se modelar a todos os níveis. Não por acaso, foi-lhe atribuída a nota máxima nas provas públicas realizadas no ISCTE em Julho de 2004 — como, de resto, somos informados logo na primeira página deste ensaio. Parecerá estranho que se enalteça como primeiro grande mérito do trabalho a profundidade do conhecimento que a autora revela da realidade que constitui o seu objecto de estudo. Simplesmente — ou infelizmente —, como muitas das investigações realizadas nas universidades portuguesas não permitem sequer afirmar que os respectivos autores conhecem aquilo sobre que escreveram, ter-se-á de começar pelo princípio: Maria Antónia Pires de Almeida sabe do que fala. Consultou toda a bibliografia disponível sobre o assunto, visionou filmes e documentários, entregou-se à leitura da ficção neo-realista, percorreu a abundantíssima legislação produzida no período da reforma agrária e da «contra-reforma agrária», pesquisou arquivos nacionais e locais, públicos e privados, entrevistou os vários actores deste drama, da população de Avis a protagonistas de primeiro plano, como Vasco Gonçalves ou António Barreto. Existem recolhas de história oral interessantes, ainda que facciosas, da vivência rural no Alentejo, podendo citar-se, como exemplo

⁴ In *Tribunal Russell. Le jugement de Stockholm*, Paris, Gallimard, 1967, p. 29.

recente, o livro e os dois CD-ROM publicados há pouco pela Rede Museológica do Município de Beja⁵. Simplesmente, neste trabalho os testemunhos orais são-nos apresentados «em bruto», por assim dizer, ao passo que Maria Antónia Pires de Almeida cruza subtilmente as informações obtidas por essa via com um impressionante conjunto de fontes documentais. A obra tem, para mais, o mérito de revelar um distanciamento temporal — ou, se quisermos, um *distanciamento passional* — em relação ao período pós-revolucionário, mas possuir, em simultâneo, uma *proximidade afectiva* perante o objecto de estudo, que a autora não dissimula e que se afigura até, sob um dado prisma, um elemento extremamente enriquecedor para quem lê este livro. Por outras palavras: Maria Antónia Pires de Almeida sabe do que fala porque leu tudo o que havia sido escrito sobre o tema, mergulhou nos arquivos e entrevistou pessoas, mas também porque possui um conhecimento pessoal da realidade e — por que não dizê-lo? — um envolvimento emocional com as terras e, sobretudo, com as gentes que constituem o objecto do seu ensaio.

Reunida toda a informação, houve depois que trabalhá-la e apresentá-la. O segundo mérito do livro reside no método de investigação e no modo como os seus resultados são trazidos ao leitor. O produto final é uma mescla interessantíssima de história, sociologia rural e ciência política. A matéria-prima da investigação foi a terra e o tempo, ou, talvez melhor, a memória que um tempo crítico deixou em quem o viveu de um lado e do outro das barricadas. A autora circunscreveu o seu trabalho ao concelho de Avis, sem ter a pretensão de o considerar paradigmático de todo o processo da reforma agrária no Alentejo. Ao invés, centrou-se justamente naquilo que o caso de Avis tem de singular no contexto desse processo atribulado. A singularidade avisense é flagrante, por um lado, na rapidez com que se efectuaram as ocupações — ou, melhor dizendo, naquilo que a autora designa por «precocidade» (57% da área total já estava ocupada antes da publicação da lei Oliveira Baptista, de Julho de 1975, enquanto na zona de intervenção da reforma agrária esse valor era apenas de 12%⁶) — e, por outro lado, na dimensão da área ocupada, ou, para usar a expressão de Maria Antónia Pires de Almeida, na «abrangência» da reforma agrária no concelho de Avis. Tratou-se, em síntese, de uma experiência que, no contexto global da reforma agrária, se caracterizou por uma peculiar intensidade, seja do ponto de vista temporal da rapidez dos ritmos, seja do ponto de vista espacial do conjunto da área abrangida.

⁵ Cf. *Minhas senhoras e meus senhores... Vida, fome e morte nos campos de Beja durante o salazarismo*, Beja, Câmara Municipal de Beja/Cooperativa Cultural Alentejana, 2006.

⁶ Cf. o elucidativo gráfico n.º 2, publicado na p. 158, bem como o gráfico n.º 4, a p. 205.

A autora atribui esta especificidade do caso de Avis à rapidez verificada na mudança das elites políticas locais e ao dinamismo dos líderes afectos ao Partido Comunista, com destaque para José Luís Correia da Silva. «Se bem que possa ter havido casos de alguma espontaneidade popular nas ocupações de terras noutras zonas do Alentejo, o concelho de Avis foi um caso claro de direcção partidária, com forte peso da propaganda política, e do apoio das forças armadas» (pp. 22-23). A colaboração dos militares pode, de facto, ter sido decisiva, mas, quanto a este ponto, não parece ter existido em Avis nada de especialmente original em relação ao que ocorreu noutras paragens do Alentejo. Existe uma outra (possível) explicação, que Maria Antónia Pires de Almeida parece não considerar particularmente relevante: a estrutura fundiária do concelho, em comparação com a que existia noutros lugares do distrito de Portalegre, e, associada a ela, a estrutura social de Avis, marcada por clivagens bastante acentuadas.

Do ponto de vista temporal — e esse é outro dos méritos do livro —, Maria Antónia Pires de Almeida recorreu a uma perspectiva diacrónica muito ampla, pois apercebeu-se lucidamente de que seria impossível apresentar o que se passou em Avis após a revolução sem aludir ao velho debate em torno da «questão agrária» e, em especial, sem retratar a situação do concelho de Avis nas vésperas do 25 de Abril. O êxodo rural, as políticas de fomento à mecanização, a introdução do regime da previdência rural no marcelismo, a feminização das profissões agrícolas, são fenómenos característicos desses anos, em que se começavam claramente a esfumar os «indicadores de miséria» que décadas antes ensombraram o *cliché* estado-novista do «celeiro de Portugal». Não se vivia, é certo, no melhor dos mundos — bastando recordar os efeitos da peste suína em 1957 e a eclosão de um movimento grevista em Maio de 1962 —, mas em 1974 a situação dos trabalhadores rurais alentejanos não era de modo algum idêntica à retratada nas páginas mais negras da literatura neo-realista. Talvez seja por isso que, segundo Maria Antónia Pires de Almeida, na esteira da opinião avançada por António Barreto, os trabalhadores rurais de Avis, durante a reforma agrária, não queriam propriamente assenhorear-se da terra alheia, mas tão-só obter melhores condições de vida: emprego, salários mais altos, horários, alimentação condigna. As ocupações das propriedades deveram-se, no entender da autora, muito mais a uma orientação feita «a partir de cima» pelas novas elites locais ligadas aos pró-sindicatos afectos ao PCP do que a um desejo de *vindicta* dos trabalhadores contra os latifundiários que os exploraram ao longo de gerações. Existiram situações que a autora qualifica de «pura vingança», nomeadamente na destruição dos símbolos de poder do anterior regime (como é óbvio, os retratos de Salazar e Thomaz foram lançados das janelas da Câmara e incendiados na praça central), mas não foi esse o elemento decisivo para as ocupações em Avis. Além do peso da liderança,

há um outro ponto extremamente importante — a situação de vulnerabilidade dos proprietários rurais: vulnerabilidade física no confronto com os militares e os trabalhadores enquadrados pelo PCP; vulnerabilidade económica, resultante da descapitalização que sofreram devido às despesas extraordinárias que tiveram de enfrentar em virtude das colocações obrigatórias de pessoal e da proibição da venda de gado.

Ao versar o tema da reforma agrária em Avis, a autora não enfrentou dificuldades de maior. Desde há muito que Maria Antónia Pires de Almeida se ocupa do concelho de Avis, a que dedicou a sua dissertação de mestrado com o título *Elites Sociais Locais Alentejanas: Continuidade e Mudança. Avis 1886-1941* (ISCTE, 1997)⁷. Depois disso, ocupou-se sempre do Alentejo e dos seus problemas, investigando em profundidade as transformações sofridas naquela região ao longo de um período relativamente amplo, que começa em meados do século XIX e termina nos nossos dias (reconheça-se que a sua análise da realidade contemporânea, fatalmente menos apoiada em dados objectivos e fontes documentais, se ressentia de algum «impressionismo», onde é visível a marca de uma certa amargura e de um certo desencanto, que a autora partilha com as gentes que entrevistou, podendo mesmo dizer-se que há traços de uma *nostalgia reprimida* no modo como Maria Antónia Pires de Almeida comenta o destino trágico de uma terra condenada a servir de refúgio de fim de semana a cidadãos fascinados por imagens pré-fabricadas de uma «ruralidade virtual»). Ao longo da sua carreira de investigadora ocupou-se da pobreza, das mulheres, da lei Barreto, dos efeitos da entrada na CEE, das elites municipais de Portalegre entre 1941 e 1997. Eis uma razão adicional para sustentar a afirmação atrás feita: Maria Antónia Pires de Almeida — como, de resto, o presente livro demonstra de forma exuberante — é uma conhecedora profunda da realidade que escolheu como tema da sua dissertação de doutoramento, que é agora dada à estampa pela Imprensa de Ciências Sociais.

Será porventura um exagero afirmar que este trabalho é o primeiro que consegue captar de uma forma objectiva e isenta o que se passou no conturbado tempo da reforma agrária, até agora objecto de uma vasta literatura, infelizmente marcada por preconceitos ideológicos de um quadrante ou do outro. Desde logo, porque antes deste livro já haviam sido ensaiadas tentativas altamente meritórias, quer de interpretação, quer sobretudo de levantamento factual do processo da reforma agrária, com destaque para alguns dos volumes da série coordenada por António Barreto, podendo referir-se, ainda que noutra registo, as obras de Afonso de Barros ou de autores estrangeiros, como Michael Drain e Nancy Bermeo. Por outro lado, porque a «objectivi-

⁷ Publicada em livro com o título *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis – 1886-1941*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

dade asséptica» não é o principal mérito desta obra — o que, de resto, não é em si mesmo um defeito; ao invés de se limitar a coligir dados e estatísticas, a autora não se eximiu a aventurar-se por caminhos interpretativos, dando-nos a sua visão pessoal —, obviamente contestável, mas solidamente apoiada em diversos elementos, com destaque para a memória oral recolhida no concelho de Avis. De acordo com a leitura interpretativa de Maria Antónia Pires de Almeida, foi a mudança das elites nos órgãos de poder local de Avis o elemento essencial para, em articulação com o Partido Comunista, imprimir à reforma agrária uma dinâmica imparável numa fase em que noutros lugares do Alentejo se avançava a um ritmo muito mais lento e cauteloso. Não por acaso, em todo o Alentejo a maioria das ocupações (63%) ocorre apenas a partir de Outubro de 1975; entre Agosto e Setembro de 1975 — ou seja, no período do «Verão quente» — têm lugar apenas 25% de ocupações e, ao contrário do que sucedeu com as nacionalizações nos sectores secundário e terciário, o 11 de Março possuiu um impacto praticamente nulo no processo de ocupação de terras. Avis representou uma excepção a esta regra.

Encerrada a experiência da reforma agrária, antigos senhores da terra e trabalhadores das unidades colectivas de produção surgem hoje irmanados no mesmo sentimento de frustração e de tristeza. As clivagens sociais foram reconstruídas e reformuladas — até pelo surgimento de novas elites locais —, mas «ricos» e «pobres» (para usar os termos do ensaio clássico de José Cutileiro) têm, ao menos, um traço de união: o desencanto. Os grupos outrora em conflito acabaram por perceber que o amargurado destino do Alentejo e o declínio irreversível da actividade agrícola têm origem em causas que transcendiam o regime de exploração da terra. Para além de tudo aquilo que os separava, havia algo que unia proprietários e trabalhadores rurais: a agricultura. A morte desta será o fim de uns e de outros. Nos campos do Sul de Portugal, a luta de classes extinguiu-se por falta de objecto.

Apesar do título, *A Revolução no Alentejo* analisa tudo o que se passou depois da reforma agrária, das desocupações de terras aos efeitos da integração europeia, passando pelo falhanço das medidas de reconversão das grandes unidades em explorações de base familiar geridas pelos «rendeiros de Sá Carneiro» ou pelo fracasso da política de Álvaro Barreto, que visava a criação de grandes empresas agrícolas privadas, modernas e competitivas. Este é outro dos méritos do livro. Como afirma a própria autora, nele pretende-se analisar «o antes, o durante e o depois» (p. 21). O subtítulo da obra é, aliás, esclarecedor: *Memória e Trauma da Reforma Agrária em Avis*. A originalidade deste trabalho consiste precisamente em não se circunscrever a uma análise do período da reforma agrária, mas em tentar perceber o que aconteceu depois dela, não apenas no período imediato da «contra-reforma agrária» (uma expressão não particularmente feliz), como também na sequência da integração na CEE e da entrada nos campos da política agrícola

comum. O balanço é muito mais realista e objectivo — dir-se-á até: lancinantemente objectivo — do que aquele que é feito em algumas evocações nostálgicas da reforma agrária, algumas das quais de publicação recente⁸. Para muitos, a reforma agrária ainda representa um *passado que não quer passar* (para usar uma expressão da famosa «controvérsia dos historiadores» na Alemanha). Mas, para lá de ressentimentos passionais de ambos os quadrantes, existem dados objectivos e tão singelos como estes: descida do rendimento médio por hectare na produção de trigo, quebra da produção de vinho (em 1976 a produção vinícola foi de zero, assistindo-se a alguma recuperação apenas em 1983), redução da produção de azeite na ordem dos 45% (em 1976), descida para menos de metade da extracção de cortiça, diminuição de 7,5% dos efectivos pecuários do concelho entre 1972 e 1979. Para mais — e esta é uma das teses do livro que certamente poderá gerar maior controvérsia —, as «unidades colectivas de produção», ao contrário das expectativas iniciais, sempre estiveram longe de se configurarem como modelos de gestão democrática da terra e, aos poucos, sobretudo a partir dos anos 80, as populações deixaram sequer de comparecer nos plenários e nas assembleias das cooperativas. Em suma, um fracasso económico, mas também político e social.

Felizmente, Maria Antónia Pires de Almeida tem a lucidez de não culpabilizar a reforma agrária pela actual situação vivida no Alentejo — e, em especial, no concelho de Avis. Ainda que ao longo do livro se apoie, por vezes excessivamente, em fontes que não primam pela isenção, como os trabalhos de Vacas de Carvalho⁹ e sobretudo de Olivier Balabanian/Guy Bouet¹⁰, não se busca aqui qualquer «ajuste de contas» com o passado revolucionário, nem se cede a uma visão redutora da realidade, atribuindo-se a uma experiência efémera, ainda que de resultados dilatados no tempo, a responsabilidade pela crise profunda e estrutural que nos nossos dias afecta a agricultura no Alentejo. Mas, perante esta crise, não deixa de causar perplexidade que haja uma instituição que consiga resistir a tudo o que o Alentejo sofreu nas últimas décadas. Essa instituição é o Partido Comunista Português, que mantém elevadas votações no concelho de Avis. O desencanto não mudou as opções de voto dos avisenses nem sequer os encaminhou no sentido da abstenção nos actos eleitorais. Abandonaram os plenários das

⁸ Cf., por exemplo, Lino de Carvalho, *Reforma Agrária. Da Utopia à Realidade*, Porto, Campo das Letras, 2004, ou António Murteira (dir.), *Uma Revolução na Revolução. A Reforma Agrária no Sul de Portugal*, Porto, Campo das Letras, 2004.

⁹ Cf. Vacas de Carvalho, *O Fracasso de Um Processo. A reforma agrária no Alentejo*, Lisboa, ed. do autor, 1977.

¹⁰ Cf. Olivier Balabanian e Guy Bouet, *Os Cravos Murcharam, 1975/1985. Os resultados da reforma agrária portuguesa*, Lisboa, s. n., 1987.

UCPs, mas continuam a comparecer nos locais de voto e a apoiar o PCP. A crer na tese de Maria Antónia Pires de Almeida — que sustenta a centralidade da liderança comunista no processo das ocupações em Avis —, o certo é que os habitantes do concelho não culpam o partido pela reforma agrária, nem culpam a reforma agrária pela situação em que vivem. Esta é uma realidade que bem merecia ser investigada num próximo trabalho de Maria Antónia Pires de Almeida com a seriedade e rigor que encontramos em cada página deste seu livro que acaba de vir a lume.

ANTÓNIO DE ARAÚJO